



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13851.001788/2002-72  
Recurso nº : 125.125

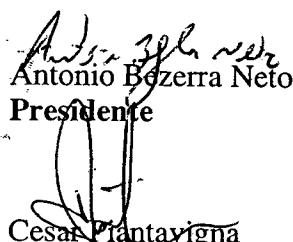
**Recorrente : MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S/A**  
**Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto -SP**

### **RESOLUÇÃO Nº 203-00.661**

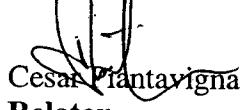
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S/A**

**RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2005.

  
Antonio Bezerra Neto

**Presidente**

  
Cesar Plantavigna

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Maria Teresa Martínez López, Emanuel Carlos Dantas de Assis, José Adão Vitorino de Moraes (Suplente), Valdemar Ludvig e Antonio Ricardo Accioly Campôs (Suplente). Ausente, justificadamente, os Conselheiros Sílvia de Brito Oliveira e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Eaal/mdc

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 06/09/106
<i>efolha</i>
VSTO



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13851.001788/2002-72  
Recurso nº : 125.125

**Recorrente : MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS TATU S/A**

## RELATÓRIO

Auto de infração (fls. 04/05), lavrado em 22/10/2002, imputou débito de COFINS à Recorrente, que com acréscimos de juros e multa alcançou a cifra de R\$3.710.874,53.

O débito decorreria de divergências entre valores escriturados e valores pagos ao Fisco. Isto porque importâncias representativas de débitos de COFINS teriam sido quitadas por meio de compensações de valores referentes a restituições postuladas ao Fisco em três processos administrativos, cujos créditos cogitados indisporiam de certeza e liquidez por conta de confundirem-se quanto aos períodos de apuração, segundo relatado em "relatório de fiscalização" acostado à fl. 06/08. A viabilidade da exigência dera-se com o indeferimento dos pedidos de restituição, embora as pertinentes decisões tenham seguido para revisão por parte da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto/SP.

A contribuinte apresentou impugnação (fls. 103/110) na qual, basicamente, sustentou a legitimidade da compensação intentada, fator que a liberaria da cobrança implícita ao auto de infração anexo às fls. 4/5.

Decisão (fls. 115/119) do Colegiado de piso manteve integralmente a cobrança fiscal.

Recurso Voluntário (128/139) argüiu a nulidade da decisão de piso sob o pálio de não ter a mesma apreciado todos os argumentos deduzidos em impugnação ofertada nos presentes autos, reprisando os temas ventilados em tal expediente.

Após a negativa de seguimento ao recurso voluntário interposto (fls. 151/152) sobreveio sentença (fls. 159/163) que impôs a sua apreciação por este Colegiado.

É o relatório, no essencial (artigo 31 do Decreto nº 70.235/72).

*CG*

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 05/09/06
<i>afiliene</i>
VISTO



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13851.001788/2002-72  
Recurso nº : 125.125

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
CESAR PIANTAVIGNA

Proponho a conversão do julgamento em diligência, para que os autos sejam encaminhados à DRF em Ribeirão Preto – SP, a qual após a decisão definitiva no Processo Administrativo nº 13851.000835/2001-80, deverá promover a anexação daquele a este nos termos da Portaria SRF nº 6.129/05, com posterior re-encaminhamento à apreciação do Conselho de Contribuintes.

É a proposta de resolução.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2005.

CESAR PIANTAVIGNA

